



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Para que a sociedade funcione bem e seja bem gerida, só com um enquadramento jurídico aperfeiçoado é que é possível assegurar a ordem e o equilíbrio social. Com o acelerado desenvolvimento económico de Macau, no sistema jurídico em vigor não é possível encontrar, em tempo oportuno, soluções para os problemas de ordem social e, perante esta situação, a sociedade até critica a falta de actualização da legislação. No discurso apresentado ontem, dia 17 de Outubro, pelo Procurador do Ministério Público, Ho Chio Meng, na cerimónia de abertura do ano judiciário de 2013/2014, foi dito que: *“as legislações penais se apresentavam com atraso em vários âmbitos, desfavorável à punição dos respectivos actos violadores da lei ...”*.

Face a esta situação, o Chefe do Executivo anunciou, no seu primeiro Relatório das Linhas de Acção Governativa (LAG) para o ano de 2010, que: *“na área da Justiça, o Governo da RAEM irá envidar um maior esforço na resposta às exigências da sociedade, coordenar a produção jurídica ...”*. Nos Relatórios das LAG de 2011 e 2012, encontram-se, respectivamente, em anexo, a lista das propostas de lei a ser lançadas pelo Governo. Em 1 de Janeiro de 2011, foi criada a Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional, com o objectivo de adoptar diversas medidas para reforçar essa reforma, e isto demonstra a determinação do Governo em promover a construção do sistema jurídico. Existem outras propostas de lei



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

para além das incluídas no plano, mas, durante estes dois anos, a taxa de execução dessas propostas de lei foi de apenas cerca de 70% e, além disso, no Relatório de 2013, não constava o respectivo plano de produção legislativa, o que mostra a necessidade de acelerar o ritmo da reforma jurídica. Por exemplo, a questão das pensões ilegais: embora a Lei da “Proibição de prestação ilegal de alojamento” tenha entrado em vigor há três anos e a sua execução tenha alcançado algum sucesso na fase inicial da sua aplicação, ultimamente, a situação tem tendido a piorar e os resultados alcançados não estão a ser nada brilhantes, por isso, a sociedade pretende que essa lei seja revista quanto antes. Ao mesmo tempo, existem várias leis que precisam de ser revistas e aperfeiçoadas, urgentemente, por exemplo, o “Regime jurídico da propriedade horizontal”, intimamente relacionado com a administração dos edifícios, a “Lei de bases da organização judiciária”, ligada à justiça judicial, e a “Lei das relações de trabalho” e o “Regime do trabalho a tempo parcial”, relacionados com o direito de emprego. Assim sendo, o Governo vai incluir estas leis no plano de produção legislativa?

Para além disso, no parecer da proposta da “Lei de Terras” da Assembleia Legislativa, refere-se que: *“ademais de realçar porquanto a entrega, por parte do Governo, da versão final desta proposta de lei e de outras propostas de lei, foi efectivamente muito tardia e desembocou num emperramento dos trabalhos jurídicos e de tradução, de modo que, de futuro, haverá que evitar, sob pena de a Assembleia Legislativa e a população que serve saírem prejudicados no seu trabalho e capacidade”*, daí se vê que ainda



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

existe muita margem para melhoria no plano da construção do sistema jurídico. De facto, a sociedade tem apelado ao Governo para a sua melhoria, portanto, na futura construção do sistema jurídico, o Governo deve prestar mais atenção às leis relacionadas com os assuntos sociais, definir o plano anual de produção legislativa tendo por base as decisões científicas, assim como pensar aprofundadamente nos planos, de médio e longo prazos, de desenvolvimento do sistema jurídico, como, por exemplo, a Comissão Permanente da Assembleia Popular Nacional apresentou cinco planos quinquenais de produção legislativa que incluem planos, de curto, médio e longo prazos, de desenvolvimento do sistema jurídico, experiências essas que merecem ser estudadas e aprofundadas. O Governo vai fazer isso?

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Nos Relatórios das LAG de 2011 e 2012, encontra-se anexa, respectivamente, a lista das propostas de lei a ser lançadas pelo Governo, mas a taxa de execução destas propostas de lei é de apenas cerca de 70%. Do Relatório de 2013 não constava a respectiva lista das propostas de lei. Assim sendo, como é que o Governo vai tomar as suas decisões científicas de implementar o plano anual de produção legislativa, a fim de responder às exigências da sociedade?
2. Como é que o Governo vai promover a reforma jurídica, tendo em conta o acelerado desenvolvimento socioeconómico? No parecer da proposta da “Lei de Terras” da Assembleia Legislativa, refere-se que: “*además de*



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

realçar porquanto a entrega, por parte do Governo, da versão final desta proposta de lei e de outras propostas de lei, foi efectivamente muito tardia e desembocou num emperramento dos trabalhos jurídicos e de tradução, de modo que, de futuro, haverá que evitar, sob pena de a Assembleia Legislativa e a população que serve saírem prejudicados no seu trabalho e capacidade". Como é que o Governo vai analisar, rever e estudar os planos, de médio e longo prazos, de construção do sistema jurídico, no sentido de os articular com o plano anual de produção legislativa e o desenvolvimento de curto, médio e longo prazos, a fim de promover eficazmente a construção desse sistema?

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Song Pek Kei

18 de Outubro de 2013